



Processo nº 8517230-77.2024.8.06.0000

Interessado: Secretaria de Gestão de Pessoas do TJ/CE.

Assunto: Contratação direta da empresa Conselho Nacional de Secretário de Administração – CONSAD, com a finalidade de adquirir 02 (duas) inscrições para o evento “XIII Congresso CONSAD de Gestão Pública”.

PARECER

I – DO RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo encaminhado a este órgão consultivo, para análise da regularidade jurídica da contratação direta, mediante inexigibilidade de licitação, com base no art. 74, III, “f” da Lei n.º 14.133, de 2021, de capacitação denominada “XIII Congresso CONSAD de Gestão Pública”, a ser realizada pelo Conselho Nacional de Secretário de Administração – CONSAD, no valor total de R\$ 900,00 (novecentos reais).

O procedimento de contratação direta visa adquirir 02 (duas) inscrições da capacitação mencionada, destinadas ao Juiz Ricardo Alexandre da Silva Costa e ao servidor Márcio Bezerra de Menezes Serpa, a qual será executada dos dias 20 a 22 de agosto de 2024, de forma presencial, na cidade de Brasília/DF.

Como justificativa para a contratação direta pretendida, a área demandante, além de outras a serem mencionadas a seguir, traz as seguintes motivações:

DFD

3. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE

A participação do juiz RICARDO ALEXANDRE DA SILVA COSTA, matrícula 224, e do servidor MÁRCIO BEZERRA DE MENEZES SERPA FILHO, matrícula 8204, no XIII Congresso CONSAD de Gestão Pública é relevante para o aprimoramento das práticas de gestão pública no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE). O congresso, reconhecido como um dos eventos mais influentes em Gestão Pública no Brasil, oferece uma plataforma única para a discussão de inovações e melhorias na administração pública.

[...]

ETP

1.4. A demanda apresentada trata-se de capacitação destinada ao Juiz Ricardo Alexandre da Silva Costa e ao servidor Márcio Bezerra de Menezes Serpa que, em contribuição ao

Laboratório de Inovação do TJCE, desenvolveram o projeto de trabalho intitulado “Desenvolvimento de Robôs para Suporte às Atividades Judiciárias”. Vale contextualizar que o Laboratório funciona com o objetivo de desenvolver a cultura da inovação, priorizando a valorização das pessoas, do capital intelectual e do compromisso com resultados, incentivando e valorizando servidores e colaboradores que desenvolvam soluções inovadoras que aperfeiçoem a prestação de serviços à sociedade. Atua na identificação, desenvolvimento e implementação de iniciativas inovadoras para solucionar problemas específicos da Justiça cearense, com o intuito de melhorar resultados e a satisfação da sociedade; desenvolve estudos e pesquisas para embasar o aprimoramento dos processos de trabalho e das entregas do Judiciário; realiza projetos-piloto e a geração de modelos; promove debates, oficinas e outros eventos colaborativos que viabilizem o compartilhamento de conhecimentos e o aprendizado coletivo, estimulando a cultura de inovação na instituição; entre outras atividades.

1.5. Desta forma, a apresentação, em congresso nacionalmente reconhecido e com a participação de diversos entes importantes da sociedade brasileira, não só destaca a atuação inovadora e tecnológica do TJCE, como também oferece uma oportunidade de compartilhar práticas exitosas e trocar conhecimentos com outros gestores públicos de todo o país.

1.6. O fato é que diante da complexidade do assunto, é essencial que os profissionais que desenvolvem projetos estejam permanentemente atualizados acerca de tudo que envolve as ideias mais atuais na melhoria da gestão pública, se valendo do aprendizado e experiência compartilhados pelos atores que compõem este cenário de trabalho, bem como destaca a importância da participação do Tribunal de Justiça do Ceará em apresentar soluções que podem ter reconhecimento nacional e que impactam no Poder Judiciário como um todo.

Os autos chegam instruídos, ao que interessa a esta manifestação, com os seguintes documentos:

- a) Autorização do Presidente do TJCE para o pagamento das inscrições (fls. 03/04);
- b) Documento de Formalização de Demanda – DFD (fls. 14/18);
- c) Estudo Técnico Preliminar – ETP (19/29);
- d) Termo de Referência – TR (fls. 30/51);
- e) Mapa de Risco (fls. 52/56);
- f) Proposta da empresa (fl. 57);
- g) Estatuto da empresa e CNPJ (fls. 58/66);
- h) SICAF (fl. 67);
- i) Certidões de regularidade fiscal (Federal e Distrital), de regularidade junto ao FGTS e às obrigações trabalhistas, certidão do Tribunal de Contas da União, certidão negativa correcional da CGU e certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (fls. 68/75);
- j) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial (fl. 76);
- k) Consulta consolidada de Pessoa Jurídica (fl. 77);

- l) Atestado de capacidade técnica (fls. 78/79);
- m) Declarações de atendimento às obrigações sociais necessárias à contratação com a Administração Pública, notadamente quanto à obrigação de não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de não empregar menor de dezesseis anos (art. 7º, XXXIII da Constituição Federal), e ainda às negativas quanto ao trabalho forçado, degradante e/ou análogo à escravidão (fls. 80/82);
- n) Comunicação Interna nº 28/2024 pela qual solicita-se dotação orçamentária para contratação (fl. 85);
- o) Dotação e Classificação Orçamentária (fl. 89);
- p) Requerimento de Termo de Inexigibilidade de Licitação, da Secretaria de Gestão de Pessoas (fls. 92/93);
- q) C.I. nº 146/2024 pela qual a Diretoria de Contratações encaminha os autos para análise da Consultoria Jurídica (fl. 96).

É, no essencial, o relatório. Cumpre-nos opinar a respeito.

II - DELIMITAÇÃO DO PARECER JURÍDICO

De início, vale ter presente que o âmbito deste parecer se restringe tão somente ao exame de legalidade da contratação pretendida por meio da sistemática de inexigibilidade de licitação, não se adentrando, pois, em aspectos técnicos, financeiros, de conveniência ou de oportunidade, que são próprios do Administrador Público no exercício de seu mister.

Firmada essa breve premissa, passamos ao exame da contratação destacada de modo a verificar sua consonância com os princípios e regras que lhe são pertinentes.

III - DA ANÁLISE JURÍDICA

Como se sabe, por força do artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, todos os órgãos da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes dos entes federados deverão, em regra, contratar com terceiros mediante prévio procedimento licitatório.

Nos seguintes termos dispõe o texto constitucional:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - **ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (destaque nosso)

[...]

Com efeito, como visto no dispositivo acima, em que pese a regra geral determinar a necessidade de licitação a preceder as contratações públicas, o próprio constituinte facultou ao legislador ordinário a possibilidade de estabelecer situações excepcionais onde, a partir de especificações legais próprias, a realização do procedimento licitatório regular pudesse ser afastado.

Dito isto, passemos à análise pormenorizada da demanda:

a) Da possibilidade de contratação direta

O art. 74 da Lei nº 14.133/2021 traz as hipóteses nas quais o legislador declarou ser inexigível a realização de procedimento licitatório, de forma que se faz necessário realizar o exame da conformidade da demanda apresentada com os mandamentos legais aplicáveis.

Neste ponto, importante trazer a previsão do artigo acima mencionado, vejamos:

Lei nº 14.133/2021.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

[...]

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade. (destaque nosso)

[...]

Considerando o mandamento legal acima, vemos que para que seja possível o reconhecimento da inexigibilidade de licitação deverá restar caracterizada a inviabilidade de competição entre fornecedores, tendo o legislador apresentado um rol exemplificativo de situações nas quais tal condição se revela presente.

Dentre as hipóteses mencionadas por lei, vemos que, nos termos do art. 74, III, “f”, será inexigível a licitação para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, nos casos destinados ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Por sua vez, o parágrafo terceiro do mesmo dispositivo, discorrendo especificamente sobre o caso de contratação de serviços técnicos especializados, aduz que “*considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato*”.

Compete destacar, neste ponto, que a previsão do art. 74, III da Lei n.º 14.133, efetivou uma importante alteração em relação ao regime jurídico vigente no âmbito da Lei n.º 8.666/1993, na medida que o antigo diploma legal tratava os serviços passíveis de contratação direta na espécie como aqueles “de natureza singular”, enquanto o novo regramento normativo dispõe sobre a contratação de “serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual”, de forma que não há que se falar em exigência de exclusividade de fornecedor para o tipo de inexigibilidade aqui pretendida.

Tal distinção recebeu atenção da doutrina especializada, a exemplo do contido na obra *Lei de Licitações e Contratos Administrativos Comentada*, pela Editora dos Tribunais, com coordenação dos professores Augusto Neves Dal Pozzo e Maurício Zockun.

Vejamos o que diz os autores:

[...]

O artigo 25, inciso II, da Lei n.º 8.666/93 contém a expressão serviços “**de natureza singular**”, expressão essa que, na Lei n.º 14.133/21 é substituída pela referência a serviços “**de natureza predominantemente intelectual**”.

A mudança de redação, como se espera, está a desautorizar o entendimento de muitos integrantes de órgãos de controle da Administração, especialmente do Ministério Público, de que só se poderia falar em inexigibilidade de licitação se houvesse um só profissional ou empresa em condições de prestar o serviço desejado pela Administração. Com efeito, constando da Lei n.º 8.666/93 a referência a serviço de natureza **singular**, essa nota característica é tida por alguns como sinônimo de **um só**, quando em rigor há singularidade sempre que o serviço a ser prestado, pela sua natureza, for

indissociável da ideia de ser incotejável objetivamente com o serviço prestado por outrem, por conta de criatividade, estilos diferentes, marca pessoal do prestador.

Assim sendo, andou bem o legislador, na lei nova, ao não se valer mais da expressão serviços de natureza singular, mas sim serviços de natureza predominantemente intelectual.

E também andou bem ao aprimorar a definição de notória especialização, já transcrita.

A Lei n.º 8.666/93 refere-se a notória especialização como qualidade do profissional ou empresa que permita inferir que seu trabalho é **essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato** (art. 25, § 1º).

Por outro lado, a lei nova, n.º 14.133/21, corrige o exagero redacional da Lei n.º 8.666/93, que permanece em vigor com sua redação, por mais dois anos, facultada, enquanto isso, a utilização da nova norma em substituição àquela (art. 191). A lei nova diz que notoriamente especializado é aquele cuja qualificação permita inferir que seu trabalho é **essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato** (art. 74, § 3º).

O superlativo **indiscutivelmente o mais adequado**, cede lugar para a expressão mais razoável de **reconhecidamente adequado**, mesmo porque quase sempre haverá mais de um profissional ou empresa detentora de notória especialização passível de escolha para fins de contratação direta. (Lei de Licitações e Contratos Administrativos Comentada : Lei 14.133/21 [livro eletrônico] / coordenadores Augusto Neves Dal Pozzo, Maurício Zockun, Márcio Cammarosano. -- 1. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021. 6 Mb ; ePub - Vários autores. 1. ed. em e-book baseada na 1. ed. impressa)

[...]

No mesmo sentido são as lições da professora Irene Nohara, em obra coletiva cuja coordenação ficou a cargo da eminente doutrinadora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, veja-se:

Também houve uma sutil, mas significativa, alteração na redação de notória especialização, conforme o § 3º do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, que abrange: “o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato”. **Houve a troca da expressão anteriormente veiculada no § 1º do art. 25 da lei anterior (Lei nº 8.666/93) acerca de um trabalho “indiscutivelmente” mais adequado à plena satisfação, para um trabalho “reconhecidamente” adequado. Trata-se de um aprimoramento, pois quase nada é indiscutível nos tempos atuais, então, reconhecidamente é expressão mais razoável do que indiscutivelmente, que poderia dar ensejo a questionamentos maiores por parte do controle.** (Tratado de direito administrativo: licitação e contratos administrativos [livro eletrônico] / Irene Patrícia Dion Nohara. -- 3. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022. -- (Tratado de direito administrativo ; v. 6 / coordenação Maria Sylvia Zanella Di Pietro. 6 Mb ; ePub 3. ed. em e-book baseada na 3. ed. impressa.)

Assim, em resumo, podemos concluir com os autores acima que, quanto aos serviços técnicos profissionais do art. 74, III da Lei nº 14.133/2021, é de se reconhecer a inexigibilidade de licitação desde que reunidos os seguintes requisitos: i) que se trate de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, dentre os elencados na lei; ii) que a contratação direta seja de profissional ou empresa notoriamente especializada, qualificação superlativa essa a ser reconhecida consoante a definição constante do art. 74, § 3º; e iii) o serviço objeto do contrato não seja de simples rotina, mas sim, ainda que não inédito, complexo o suficiente a demandar execução por quem seja notoriamente especializado, inspirando confiança na autoridade competente.

No caso dos autos, como já mencionado, a Secretaria de Gestão de Pessoas do TJ/CE pretende a contratação de 02 (duas) inscrições para a capacitação denominada “XIII Congresso

CONSAD de Gestão Pública”, a ser realizada pelo Conselho Nacional de Secretário de Administração – CONSAD, por inexigibilidade de licitação.

Verifica-se a importância da contratação em tela no Estudo Técnico Preliminar da contratação pretendida (fls. 19/29):

[...]

ETP

1.4. A demanda apresentada trata-se de capacitação destinada ao Juiz Ricardo Alexandre da Silva Costa e ao servidor Márcio Bezerra de Menezes Serpa que, em contribuição ao Laboratório de Inovação do TJCE, desenvolveram o projeto de trabalho intitulado “Desenvolvimento de Robôs para Suporte às Atividades Judiciárias”. Vale contextualizar que o Laboratório funciona com o objetivo de desenvolver a cultura da inovação, priorizando a valorização das pessoas, do capital intelectual e do compromisso com resultados, incentivando e valorizando servidores e colaboradores que desenvolvam soluções inovadoras que aperfeiçoem a prestação de serviços à sociedade. Atua na identificação, desenvolvimento e implementação de iniciativas inovadoras para solucionar problemas específicos da Justiça cearense, com o intuito de melhorar resultados e a satisfação da sociedade; desenvolve estudos e pesquisas para embasar o aprimoramento dos processos de trabalho e das entregas do Judiciário; realiza projetos-piloto e a geração de modelos; promove debates, oficinas e outros eventos colaborativos que viabilizem o compartilhamento de conhecimentos e o aprendizado coletivo, estimulando a cultura de inovação na instituição; entre outras atividades.

1.5. Desta forma, a apresentação, em congresso nacionalmente reconhecido e com a participação de diversos entes importantes da sociedade brasileira, não só destaca a atuação inovadora e tecnológica do TJCE, como também oferece uma oportunidade de compartilhar práticas exitosas e trocar conhecimentos com outros gestores públicos de todo o país.

1.6. O fato é que diante da complexidade do assunto, é essencial que os profissionais que desenvolvem projetos estejam permanentemente atualizados acerca de tudo que envolve as ideias mais atuais na melhoria da gestão pública, se valendo do aprendizado e experiência compartilhados pelos atores que compõem este cenário de trabalho, bem como destaca a importância da participação do Tribunal de Justiça do Ceará em apresentar soluções que podem ter reconhecimento nacional e que impactam no Poder Judiciário como um todo.

[...]

Sobre a escolha da empresa a ser contratada, dispõe o Termo de Referência (fls. 30/51):

[...]

3.13. Os serviços propostos neste documento, dadas as suas características, enquadram-se sumariamente na hipótese do art. 6º, inciso XVIII, da Nova Lei de Licitações e Contratos, pois atendido o primeiro requisito para enquadramento na hipótese de inexigibilidade - por tratar-se de serviço técnico especializado para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal - tais serviços ainda assumem características singulares, fato que inviabiliza a realização de um procedimento licitatório, visto que o que compõe o núcleo do objeto dos treinamentos (as aulas) e a forma de ministrá-los não prescinde de características particulares que o tornam peculiar e exclusivo, pelos métodos de medição dos resultados da execução pretendida.

3.14. Considerando a razão de escolha veiculada anteriormente neste documento, faz-se mister noticiar que a empresa Conselho Nacional de Secretário de Administração - CONSAD é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com sede em Brasília (Distrito Federal), criada em novembro de 2000, que reúne representantes de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal. Os Secretários de Estado de Administração do País promovem encontros periódicos, visando à troca de experiências e à busca de soluções criativas para o aperfeiçoamento da gestão Pública no Brasil. O foco do CONSAD em todas as suas frentes de trabalho tem sido pensar modelos de gestão pública com foco em resultados e voltados para o bom atendimento ao cidadão. Um colegiado que se fortaleceu

ao longo dos anos, pautado por um ambiente de trabalho plural, multipartidário, e por isso mesmo propício ao debate e ao desenvolvimento da administração pública estadual, mantendo espaços permanentes de troca de experiências e de discussão sobre boas práticas de gestão pública.

3.15.O CONSAD Funciona como órgão permanente de coordenação e articulação dos interesses comuns das Secretarias de Administração, propõe políticas públicas no âmbito de atuação das Secretarias de Administração e dos órgãos correlatos, participa da formulação e implementação das políticas nacionais de administração pública e interage com todos os segmentos da sociedade política e civil, com vistas à construção de relações sociais mais justas e igualitárias, no contexto de uma ordem democrática.

3.17.Assim, tratando-se de marca inconfundível da empresa prestadora dos serviços de natureza exclusiva, e que não executará projeto prévio e conhecido de todos, pois este faz parte da construção do conhecimento a ser executada em conjunto por quem ministra o evento e os participantes, que a mesma desenvolve técnicas de atuação na capacitação que seja apenas sua, podendo, inclusive, variar a cada novo trabalho, aperfeiçoando-se, continuamente, e contribuindo para o aperfeiçoamento do corpo de servidores do Poder Judiciário cearense, é que se considera o objeto em tela enquadrado como inexigível de procedimento licitatório.

[...]

3.21.Diante dos cenários dispostos e das pesquisas realizadas no mercado nacional, pode-se inferir que, especificamente, a empresa Conselho Nacional de Secretário de Administração - CONSAD denota nutrir entre seus pares, no campo de sua especialidade, a partir do histórico de suas realizações, considerável grau de respeitabilidade e admiração, de forma que se permitiu inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto em questão.

3.22.Portanto, conforme os estudos realizados pela Secretaria de Gestão de Pessoas do TJCE, a empresa se enquadra nos quesitos necessários ao presente objeto, que relevam os aspectos de serviço técnico especializado, exclusividade do objeto, e notoriedade do especialista a contratar, sobretudo por propiciar corpo técnico qualificado em suas realizações, além da formatação e execução particular do objeto por parte da empresa mencionada, se tratando de marca única, reconhecida nacionalmente.

Desta forma, segundo o setor demandante, a referida aquisição estaria fundamentada no princípio da inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição (art. 74, III, “f” da Lei nº 14.133/2021), *“em razão da inviabilidade de competição por ‘notória especialização’ da contratada na área de licitações e contratações públicas. (...)”*.

De fato, pela própria natureza do serviço a ser ofertado, repita-se, a realização de curso destinada à capacitação de servidores, é possível vislumbrar, sem maiores esforços, a presença do caráter predominantemente intelectual da prestação.

Nesta senda, é importante mencionar, mais uma vez, que a previsão do parágrafo terceiro do artigo 74 da Lei n.º 14.133/2021 considera de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, **permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.**

Finalizando a análise sobre o cabimento da contratação direta pretendida, temos que a realização de cursos para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, apesar de não se revestir de qualquer ineditismo, tratando-se, *in fact*, de prática reiterada por toda a Administração Pública.

O caso em apreço configura demanda complexa o suficiente a exigir execução por quem seja notoriamente especializado, inspirando confiança na autoridade competente a partir das necessidades específicas do Órgão, conforme já exposto acima, o que ganha relevo no âmbito da importante temática relativa à própria gestão da coisa pública, **pelo que se conclui pela possibilidade jurídica da contratação pretendida por inexigibilidade de licitação, na forma do art. 74, III “f” da nova Lei de Licitações.**

Compete registrar, por fim, que a contratação pretendida, com as especificações do caso, a escolha dos participantes e da respectiva instituição organizadora da capacitação, compõe a parcela de discricionariedade que norteia a atuação do Administrador Público, pelo que lhe cabe decidir, dentre a ampla gama de opções, quais os melhores meios para suprir as reais demandas do serviço público, havendo nos autos diversos documentos que permitem presumir pela regularidade da definição e especificações do objeto, tudo com o aval da gestão superior da respectiva Secretaria envolvida (Secretaria de Gestão de Pessoas).

b) Da adequada instrução processual

Sobre a instrução processual necessária em processos envolvendo contratação direta pela Administração Pública, dispõe o art. 72 da Lei nº14.133/2021:

CAPÍTULO VIII

DA CONTRATAÇÃO DIRETA

Seção I

Do Processo de Contratação Direta

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

No caso dos autos, verificamos constar, inicialmente, o Documento de Formalização da Demanda – DFD, às fls. 14/18, contendo a descrição sumária do objeto almejado pela Administração Pública, o Estudo Técnico Preliminar, às fls. 19/29, o Termo de Referência, às fls. 30/51, e o Mapa de Riscos, às fls. 52/56, não sendo exigível, face às particularidades da demanda, projeto básico e/ou projeto executivo.

Neste ponto, compete registrar que a contratação está em conformidade com o planejamento estratégico deste TJCE, com objeto previsto no Plano Anual de Contratações 2024, registrado sob o código TJCESGP_2024_0047.

No que se refere à estimativa da despesa, temos que o art. 72, II da Lei nº 14.133/2021 remete o cálculo a ser feito às regras previstas no art. 23 do mesmo diploma legal, o qual, por sua vez, aduz:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

[...]

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

[...]

Vemos nos autos que o setor demandante, em harmonia com a previsão do parágrafo quarto supra, trouxe, no Estudo Técnico Preliminar da contratação, informações sobre o valor padrão praticado pela instituição organizadora do evento em questão, merecendo registro as informações sobre o preço da inscrição presente no site oficial do evento (<https://consad2024.z15.web.core.windows.net/inscricoes>), pelo que se conclui, salvo melhor juízo, pela conformidade do valor proposto pela contratada com o praticado em contratações semelhantes. Vejamos:

” Neste caso, como a empresa ainda não emitiu notas fiscais ou possui notas de empenho emitidas por órgãos a fim de se comprovar o preço, pode-se inferir que o valor cobrado em seu site é o valor praticado de forma global no mercado, aberto a todos que realizarem a compra. Ainda assim, foi realizada pesquisa no sítio eletrônico governamental dedicado a exposição de dados de contratações, o Portal Nacional de Contratações Públicas (https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1) e foi

comprovado que preço exposto no site e proposta enviada ao TJCE é o vendido no mercado, conforme imagem abaixo: [...]

A demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, conforme exige o inciso IV do art. 74 da Lei n.º 14.133/2021, encontra-se assegurada com base na informação da Coordenadoria de Orçamento e Contabilidade da Secretaria de Finanças do TJ/CE, que garantiu a existência de crédito para o custeio da capacitação (fl. 89).

Sobre a demonstração de preenchimento dos requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, constam no processo documentos referentes à habilitação jurídica da empresa a ser contratada, bem como a comprovação de sua regularidade fiscal no âmbito Federal e Distrital, além da regularidade trabalhista e perante o FGTS (fls. 68/75).

Ademais, a empresa juntou Declaração de atendimento às obrigações sociais necessárias à contratação com a Administração Pública, notadamente quanto à obrigação de não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de não empregar menor de dezesseis anos (art. 7º, XXXIII da Constituição Federal), e ainda o cumprimento da exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, conforme previsto em lei e em normas específicas (fls. 80/82).

Constam ainda, em acréscimo, a Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, certidão negativa correcional da CGU, certidão do Tribunal de Contas da União afirmando não haver processo que a contratada figure como responsável ou interessada e certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade.

De igual sorte, pela documentação relativa às finalidades institucionais da contratada e ainda em consonância com o alegado pelo setor demandante, entendemos restar presente nos autos também a demonstração da qualificação mínima necessária, nos termos da lei.

Por fim, registra-se que a razão de escolha da contratada e a justificativa de preço restam igualmente presentes, conforme documentos da área técnica já mencionados e transcritos acima, **pelo que concluímos pela possibilidade legal do procedimento de contratação também sobre o prisma da regular instrução.**

c) Do aspecto orçamentário da contratação:

Sobre o aspecto orçamentário da presente contratação, compete destacar que foram juntadas aos autos, à fl. 89, a Classificação e respectivas Dotações Orçamentárias consignadas ao

orçamento da Secretaria de Gestão de Pessoas do TJCE para o custeio da despesa respectiva o que aponta para a regularidade da contratação pretendida também sob este prisma.

d) Da não utilização de instrumento contratual:

Vemos que a área demandante optou por dispensar o instrumento contratual formal, pretendendo substituí-lo pela competente Nota de Empenho em favor da contratada.

Neste ponto, verifica-se pelas informações apresentadas nos autos que o evento objeto da contratação ocorrerá apenas dos dias 20 a 22 de agosto de 2024, de forma presencial, na cidade de Brasília/DF, não constituindo obrigações futuras entre as partes, de forma que, efetivamente, se revela dispendioso a celebração e eventual publicação de um instrumento formal de contrato para tal demanda.

A dispensa do instrumento contratual, nesta hipótese, encontra amparo no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, senão vejamos:

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

O caso tratado nos autos se amolda com perfeição à possibilidade no inciso II acima transcrito, pelo que, também, sob este prisma se revela plenamente possível a contratação pretendida.

IV – CONCLUSÃO:

Ante todo o exposto, ressaltando-se, mais uma vez, que os aspectos de conveniência, oportunidade e critérios técnicos não estão sob o crivo desta Consultoria Jurídica, estamos de acordo com a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei n. 14.133/2021, do Conselho Nacional de Secretário de Administração – CONSAD, com a finalidade de adquirir 02 (duas) inscrições para o evento “XIII Congresso CONSAD de Gestão Pública”.

Destaca-se, entretanto, a necessidade de aprovação da presente contratação pela Presidência do TJCE e o cumprimento do disposto no art. 72, parágrafo único, do mesmo diploma

legal, que determina a divulgação em sítio eletrônico oficial, com disponibilidade ao público, do ato que autoriza a contratação direta.

É o parecer. À superior consideração.

Fortaleza, 14 de agosto de 2024.

Luiz Fernando Marquim Nogueira Filho

Analista Judiciário

De acordo. À douta Presidência.

Cristiano Batista da Silva

Consultor Jurídico